

Combater a especulação é defender a nação

Cláudio Santana * 244

Hoje, as mídias nacional e internacional falam da crise da bolsa, da crise do mercado que tende a piorar ainda mais os problemas econômicos enfrentados pelos países pobres. Esta queda nas bolsas, na verdade, está diretamente ligada ao modelo econômico que privilegia, com exclusividade, a especulação, sob a orientação de Washington e do FMI. Portanto, não será a última e derradeira crise.

A queda brutal das bolsas fez desaparecer, só em Hong Kong, o equivalente a R\$ 43 bilhões; no Brasil, desapareceram mais de R\$ 8 bilhões, sob autorização expressa de FHC, que determina ao Banco Central gastar dinheiro do povo para socorrer o mercado financeiro da especulação, deixando de investir na produção e nos serviços públicos.

Esta fabulosa soma de recursos poderia servir para o pagamento de parte da dívida social que o governo tem com os servidores e os trabalhadores. Poderia muito bem estar pagando parte do passivo trabalhista referente à incorporação dos 28,86% ao funcionalismo público federal, ajudando a atenuar uma crise de arrocho salarial que se arrasta há três anos e contribuindo para recuperar a produção e o consumo de bens por parte dos brasilienses, ajudando a recuperar a economia do Distrito Federal, asfíxiada que está pelos planos de ajustes estruturais que FHC impõe e Cristovam segue à risca.

A realidade é a super exploração da força de trabalho infantil, a miséria, a destruição de setores inteiros da economia para atender as necessidades das grandes agências internacionais, entre elas, a OMC, o FMI, o BIRD, a OCDE, comprometendo a soberania nacional.

É assim que FHC reage a toda essa crise aprofundando a política que escancara o país ao capital especulativo com reformas, livre comércio, privatizações e etc.

FHC está, mais uma vez, utilizando os servidores públicos como bode expiatório. O compromisso que o governo acaba de assumir com seus credores internacionais é a entrega e degola das

cabeças dos servidores públicos, federais, estaduais e municipais, que não têm a garantia da estabilidade, pois foram contratados sem concurso entre 1983 e 1987. Para isso o Palácio do Planalto vem pressionando o Congresso Nacional para agilizar a aprovação das contra-reformas previdenciária e administrativa.

Nós, trabalhadores, não investimos na Bolsa de Valores. Os servidores públicos estão sendo intimados a pagar a conta com o aumento das taxas de juros e o aumento das despesas do governo não ocorre em função da melhoria dos serviços públicos, mas sim, devido ao aumento da corrupção e da ajuda a banqueiro falido que quer viver às custas do erário público.

Para os trabalhadores, esse governo oferece o inferno. A cada onda da crise, surgem os fantasmas da redução de empregos, a desregulamentação e precarização das condições de trabalhos com os baixos salários e a maior carga horária de trabalho do mundo.

Não vamos aceitar! O Sindsep/DF vai radicalizar a luta em defesa dos direitos legítimos dos servidores e da nação. Afinal, a proposta indecente de FHC visa diminuir o valor da folha de salários para poder usar o dinheiro pagando os juros da dívida externa, que só este ano irão nos levar mais de R\$ 26 bilhões e que, para 1998, estão previstos, no mínimo, mais 20% sobre este valor.

Não há mais como aceitar passivamente estas negociatas, que levam à pilhagem do patrimônio público, a exemplo da venda da Telebras. Para defender o presente e o futuro dos trabalhadores é preciso resistir! Por isso o Sindsep/DF faz um alerta: é preciso defender a nação! É agora ou nunca. É preciso adotar medidas de legítima defesa da maioria do povo impedindo o lucro dos especuladores garantindo investimentos na educação, saúde, habitação, reforma agrária, reestatização da Vale do Rio Doce e demais empresas privatizadas, devolvendo ao povo brasileiro seu legítimo patrimônio, construído durante décadas com muita luta e suor.